



Revista de Educação PUC-Campinas

ISSN: 1519-3993

ISSN: 2318-0870

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Piotto, Débora Cristina; Alves, Renata Oliveira
O ingresso de estudantes das camadas populares em uma
universidade pública: desviando do ocaso quase por acaso
Revista de Educação PUC-Campinas, vol. 21, núm. 2, 2016, Maio-Agosto, pp. 139-147
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

DOI: 10.24220/2318-0870v21n2a2896

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=572061625001>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](http://www.redalyc.org)

UAEM [redalyc.org](http://www.redalyc.org)

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

O ingresso de estudantes das camadas populares em uma universidade pública: desviando do ocaso quase por acaso

Admission of students from working class to a public university: Beating the odds almost by chance

Débora Cristina Piotto¹

Renata Oliveira Alves¹

Resumo

Políticas de ações afirmativas vêm buscando aumentar o acesso ao ensino superior de estudantes das camadas populares que, em geral, consideram o ingresso em universidades públicas fora de seus horizontes de possibilidades. Assim, o objetivo do presente trabalho é discutir de que maneiras esses estudantes passam a cogitar o ingresso em uma universidade pública como algo passível de ser alcançado. Para isso, analisará aspectos de entrevistas em profundidade, realizadas com duas estudantes do ensino superior público provenientes de camadas populares. Discute-se que a possibilidade de ingressar em uma universidade pública surgiu casualmente nas trajetórias analisadas, havendo a necessidade da mediação de uma pessoa ou circunstância próxima socialmente para que o

¹ Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Departamento de Educação. Av. Bandeirantes, 3900, Cidade Universitária, 14040-901, Ribeirão Preto, SP, Brasil. Correspondência para/Correspondence to: D.C. PIOTTO. E-mail: <dcpiotto@usp.br>.



acaso fosse aproveitado e rentabilizado. Por fim, discute-se a importância da esfera do trabalho nas trajetórias das estudantes ao proporcionar a circulação por diferentes espaços sociais.

Palavras-chave: Camadas populares. Trajetórias escolares. Universidades públicas.

Abstract

Affirmative action policies have been formulated in an effort to increase the access to higher education among working-class students, who, in general, consider that there is a remote possibility of being admitted to a public university. The objective of this study is to discuss what lead these students to start believing that there could be a chance of attending a public university. Therefore, in-depth interviews conducted with two working-class students of a public university are analyzed. It was found that the possibility of attending a public university opened up by chance in the cases analyzed. It happened due to an event or help of a person within their social circle. Finally, the importance of the work sphere in the school trajectory of students by providing access to different social circles was also analyzed.

Keywords: Working class. Educational trajectory. Public universities.

Introdução

Os baixos índices de oferta de vagas no ensino superior no Brasil revelam como é restrito o acesso a esse nível de ensino. O estudo de Pinto (2004) aponta que a Taxa de Escolarização Bruta no ensino superior, que consiste na razão entre o total de matrículas na educação superior e a população na faixa etária considerada adequada (entre 18 e 24 anos), era de 15% em 2000, estando o número de matrículas abaixo de vários países da América Latina, como Argentina, Chile e Bolívia. Para Pinto (2004), ainda que se possa verificar o aumento dessa taxa, que em 1960 era de 1%, o crescimento foi mais forte nas universidades privadas, aumentando 57 vezes o número de matrículas nessas instituições, ao passo que nas públicas o aumento foi de 20 vezes. O autor afirma que as políticas de expansão da oferta de vagas adotadas pelo governo federal por meio da privatização têm se mostrado ineficazes para resolver o problema da democratização do acesso ao ensino superior, já que o resultado foi a proliferação das universidades privadas. Estas cobram mensalidades onerosas, excluindo grande parte dos estudantes concluintes do ensino médio da possibilidade de realizar um curso superior. Cabe lembrar, entretanto, que a partir de 2004 surgiu no cenário nacional outra alternativa para os estudantes das camadas populares que desejavam cursar ensino superior: o Programa Universidade para Todos (ProUni). Para uma discussão

crítica a respeito do ProUni, ver Carvalho (2006) e Catani *et al.* (2006).

Assim, dentre os estudantes que concluem o ensino médio nas escolas públicas do Brasil, são poucos os que alcançam o ensino superior, sendo que esse número é ainda menor quando se trata daqueles que conseguem ingressar em universidades públicas. A título de exemplo, do total de alunos que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas, somente 0,67% ingressou na Universidade de São Paulo (USP) no ano de 2007 (São Paulo..., 2008). Já entre os inscritos no vestibular da Fundação para o Vestibular (Fuvest) no ano de 2006, apenas 26,7% dos aprovados se encaixavam nessa mesma condição. Como explicar, então, casos de alunos provenientes dos estratos sociais mais baixos e que conseguem romper com o destino social mais provável de interrupção dos estudos e chegar ao ensino superior a despeito das inegáveis adversidades, como a falta de recursos financeiros, a baixa qualidade da educação básica nas escolas e a falta de informações acerca das universidades públicas gratuitas?

Estudos que procuram compreender quais fatores possibilitam a estudantes das camadas populares prolongarem suas trajetórias escolares, bem como a questão da permanência desses jovens no ensino superior, começaram a surgir no Brasil a partir da década de 1990. Dentre eles, destacam-se os trabalhos de Portes (1993; 2001), Viana (1998), Silva (1999), Barbosa (2004), Almeida (2006), Zago (2006) e

Souza (2009), os quais trazem importantes considerações acerca de trajetórias escolares prolongadas nesses estratos sociais, além de lançarem questões a serem analisadas, apontando a necessidade de novos estudos.

Uma dessas questões refere-se ao fato de que muitos estudantes das camadas populares não cogitam a possibilidade de estudar em uma universidade pública. Fruto de uma avaliação bastante precisa de suas chances concretas de ingresso em uma instituição pública de ensino superior, essa “auto-exclusão” é a expressão concreta do que o sociológico francês Pierre Bourdieu chamou de “escolha do destino” (Bourdieu, 1998a) ou “causalidade do provável” (Bourdieu, 1998b).

Para o autor, as aspirações, os projetos e até mesmo os desejos mais íntimos são expressões daquilo que é objetivamente possível (em termos de chances estatísticas) a um indivíduo em função de seu pertencimento social. As esperanças subjetivas são, para Bourdieu (1998a), “oportunidades objetivas intuitivamente apreendidas e progressivamente interiorizadas” (p.49). Assim, “escolhe-se” aquilo para o que já se estava socialmente predestinado, excluindo-se, com isso, a possibilidade de se desejar o impossível.

Essa discussão ajuda a compreender as dificuldades enfrentadas por alguns programas de ações afirmativas de universidades públicas. No caso da USP, por exemplo, um dos obstáculos enfrentados para se alcançar o principal objetivo do seu Programa de Inclusão Social (Inclusp), que é justamente o aumento do número de alunos provenientes das escolas públicas, é estimular essas pessoas a prestar o exame de admissão. Ilustração desse fato é a reincidente sobra de isenções da taxa de inscrição no vestibular da Fundação para o Vestibular (Fuvest), oferecidas a alunos da rede pública de ensino por meio de um processo de seleção socioeconômica. Em 2007, a Fuvest dispôs um total de 65 mil isenções, das quais mais da metade não foi aproveitada, já que apenas 32 mil alunos se inscreveram e, destes, somente 30 647 obtiveram a isenção (Fuvest..., 2007).

Isso ajuda a compreender porque, em geral, estudantes das camadas populares consideram o

ingresso em universidades públicas algo fora de seus horizontes. Em vista do exposto, o presente trabalho teve o objetivo de discutir de que maneiras essas pessoas passam a cogitar o ingresso em uma universidade pública como algo passível de ser alcançado.

Procedimentos Metodológicos

Com esse intuito, o trabalho analisou aspectos de entrevistas em profundidade, realizadas com duas estudantes do ensino superior público provenientes de camadas populares. A escolha das estudantes considerou a origem social familiar, cujos critérios para definição foram grau de escolaridade, ocupação dos pais e renda familiar. Para a realização das entrevistas foram utilizados como base os trabalhos de Bosi (1979; 1993) e de Brandão (2000). As mesmas versaram sobre a vida escolar das estudantes, enfocando desde o início da escolarização até o ingresso na universidade, bem como sua experiência no interior dessa instituição. A análise do conteúdo das entrevistas foi feita tendo por base a ideia de que todos os elementos possuem uma significação, o que implica em uma análise exaustiva de modo a “progressivamente suscitar interpretações pelo relacionamento de elementos de diversos tipos” (Michelat, 1987, p.204).

A universidade pública no horizonte de possibilidades: uma obra do acaso

As duas histórias aqui analisadas possuem traços peculiares às trajetórias de vida de cada uma das estudantes, desenhando uma configuração singular dos fatores (Lahire, 1997) que possibilitaram a elas o prolongamento de sua escolarização até o ingresso e a permanência no ensino superior. Entretanto, acredita-se que existam algumas características comuns as quais ajudam a compreender como esse destino social improvável foi sendo quase que casualmente construído e gradativamente delineado como uma possibilidade concreta na vida de ambas as entrevistadas.

Juliana, 31 anos, trabalhava, à época, como professora da educação infantil na prefeitura de um

município da região em que mora, sozinha, e onde também se localiza o *campus* da universidade. Seu pai, analfabeto, migrou com a família da Bahia para uma cidade no interior do estado de São Paulo a fim de trabalhar no corte da cana. Sua mãe cursou até a quarta série² do ensino fundamental e também passou a trabalhar no corte da cana ao chegar em São Paulo. Possui oito irmãos, dos quais apenas a mais nova concluiu o ensino médio, sendo que os demais não terminaram o fundamental.

A estudante ingressou na escola aos nove anos de idade e, apesar de ter conciliado trabalho e estudo desde os dez, trabalhando como empregada doméstica e, posteriormente, como babá, sempre apresentou bom rendimento escolar. Insatisfeita com o desrespeito e a exploração aos quais era submetida nos empregos, Juliana resolveu, ao final do ensino fundamental, cursar o ensino médio na modalidade normal ("Magistério"). Essa decisão foi tomada, pois o curso, na cidade em que morava, era oferecido somente no período matutino, o que, na visão da estudante, diminuiria as chances de alguém a contratar como empregada doméstica. No entanto, dada a situação econômica familiar, foi obrigada a voltar a trabalhar para contribuir com as despesas, mas apenas no período da tarde e três vezes por semana. Apesar disso, Juliana manteve-se como boa aluna, o que lhe rendeu um significativo benefício ao final do curso. Na ocasião, os dirigentes da escola em que estudava distribuíram algumas inscrições gratuitas para o vestibular da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) e Juliana foi a única escolhida em sua turma, fato que atribuiu ao seu bom desempenho escolar.

Atenta aos alertas dos professores do Magistério sobre a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9394/96) em relação à exigência da formação em nível superior para o exercício da profissão docente na educação básica, Juliana começou a pensar em entrar para a universidade. Porém, ainda não sabia como. Na escola,

apesar dos avisos, não eram dadas orientações sobre as possibilidades de continuidade dos estudos; assim, o fato de ter ganhado a inscrição para o vestibular da Unesp não lhe trouxe informações sobre o acesso à universidade pública. Até hoje a estudante afirma não compreender porque recebeu a inscrição: "*Caiu assim... eu... caiu na minha mão aquela inscrição [...]. Foi uma coisa que... foi de repente. Ninguém falava nada, mas aí de repente: 'Juliana, olha, você não quer fazer inscrição para você tentar vestibular na Unesp?'*" A falta de conhecimento sobre o funcionamento do exame vestibular fez com que perdesse a chance de cursar o ensino superior logo após o Magistério. Quando o resultado do vestibular foi divulgado, Juliana soube que havia ficado na lista de espera. Todavia, como não era de seu conhecimento que deveria manifestar oficialmente o interesse pela vaga, nunca foi chamada.

Assim, mesmo tendo sido aprovada em uma universidade pública, prosseguiu trabalhando como empregada doméstica por mais de três anos. Ao mudar-se para a cidade onde se localiza o *campus*, trabalhou por algum tempo como balconista em uma padaria. Após esse período, conseguiu emprego na linha de produção de uma grande indústria de bebidas, lá ficando por mais cinco anos.

O fato de ter sido premiada com a inscrição no vestibular e ter ficado na lista de espera parece ter sido insuficiente para sedimentar em Juliana a ideia de que poderia cursar uma universidade pública gratuita. Entre esse episódio e a sua posterior decisão de preparar-se para o vestibular de uma outra instituição, correram cerca de sete anos. Para ela, apesar do resultado anterior animador, a possibilidade de ingresso em uma universidade pública não era garantida e, então, passou a procurar outros caminhos para dar continuidade aos estudos: "*lutando contra a maré*", como ela definiu, tentou, durante sete anos, conseguir um trabalho que lhe possibilitasse pagar as mensalidades de uma faculdade particular.

Na busca por um emprego mais bem remunerado, essa estudante fez vários cursos técnicos e, durante um deles, conheceu um rapaz o qual, assim

² Como as entrevistas foram realizadas antes da Lei nº 11.274 de 6 de fevereiro de 2006, que instituiu o Ensino Fundamental de nove anos, neste trabalho, utiliza-se a denominação série.

como ela, buscava ali uma forma de arcar com os custos de uma faculdade particular. Ao conversarem, perceberam que a estratégia adotada por ambos estava sendo ineficaz e, juntos, começaram a cogitar a possibilidade de tentarem ingressar em uma universidade pública. Como não tinham condições econômicas de fazer um curso pré-vestibular particular, a solução encontrada foi realizar um cursinho preparatório popular gratuito visando a aumentar as chances de aprovação no vestibular. E foi assim que Juliana conseguiu ingressar no curso de Pedagogia de uma universidade pública. Chama a atenção, nessa história, como, apesar de ter estado às portas do ingresso em uma universidade pública, somente sete anos depois é que essa possibilidade, por acaso, passou a constituir o horizonte de possibilidades de Juliana. Curioso é que na trajetória da outra entrevistada o acaso também parece ter tido importante papel.

Luciene, 33 anos, trabalhava, à época, como secretária na universidade onde também estuda. Seu pai, vigia aposentado, morou durante 11 anos em um seminário, onde realizou seus estudos informalmente. Segundo ele, estes foram equivalentes ao Ensino Médio. Sua mãe, dona de casa, estudou até a terceira série do Ensino Fundamental. Ambos são originários do interior do estado do Ceará. Luciene possui 3 irmãos: um concluiu o Ensino Médio na modalidade supletivo, outro cursou até a sétima série do Fundamental e o caçula cursava Educação Física, mas sua matrícula estava trancada em virtude de dificuldades com o pagamento das mensalidades.

Luciene afirma que gostava de estudar e foi destaque na primeira série por ter sido alfabetizada na pré-escola. Não obstante o apreço pelos estudos, enfrentava dificuldades de adaptação e de socialização, o que fez com que mudasse de escola algumas vezes. Além disso, também tinha dificuldades com a disciplina de matemática, o que redundou em sua reprovação na sétima série. Esse fato foi, no entanto, quase uma escolha de Luciene que, após ter ficado em recuperação na matéria, optou por não fazer a avaliação final para ser, assim, reprovada. Dessa

forma, poderia, no próximo ano, tentar aprender novamente o conteúdo. Na 8ª série, já pensando em encontrar emprego, pediu ao pai que a matriculasse em uma escola da região central da cidade, pois acreditava que estudando nessa instituição, além de aprender mais, sua entrada no mercado de trabalho seria facilitada devido ao grande reconhecimento do colégio na região. Foi nesse local que concluiu o ensino médio.

Enquanto cursava o primeiro ano desse nível de ensino, Luciene começou a trabalhar durante meio período em uma grande rede de lanchonetes. Já no segundo, passou a trabalhar oito horas diárias como caixa em um supermercado. Todavia, seu pai adoeceu. Luciene pediu demissão e usou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o seguro desemprego para ajudar a família, a qual passava por sérias dificuldades econômicas. Findo o Ensino Médio, a estudante conseguiu emprego em uma indústria odontológica. Porém, por conta de uma redução de custos, Luciene foi demitida. Tendo em vista a dificuldade em encontrar um novo emprego, matriculou-se em um curso de secretariado, conquistando, após uma seleção, uma vaga de estágio na empresa de telefonia da cidade. Com a iminente privatização dessa empresa, Luciene e os funcionários perderiam seu emprego e ela foi, então, encarregada de auxiliá-los a se recolocarem no mercado de trabalho. Esse trabalho levou-a a descobrir a possibilidade - que até então desconhecia - de prestar concursos públicos visando à obtenção de um emprego.

Nesse contexto, Luciene também soube que estavam abertas inscrições para um concurso para secretária em uma universidade pública. Como gostava de estudar, entendeu que aquela seria uma boa oportunidade de utilizar sua capacidade e conhecimentos. Apesar de ter concorrido com pessoas mais experientes, a estudante obteve uma boa classificação e conseguiu o emprego, o que, para ela, foi uma grande realização. Na concepção de Luciene, o trabalho administrativo era um privilégio reservado à elite e ter sido aprovada no concurso parece ter sido um momento marcante em sua vida:

Para mim, pobre era vendedor ou era... serviços mais assim... A área administrativa era trabalhar de mão limpa, cabelo arrumado. Eu via as moças da área administrativa das empresas onde eu cheguei a trabalhar, eu nunca pensei que eu ia chegar ali. E naquele dia eu cheguei.

Na universidade, Luciene passou a trabalhar em um serviço de atendimento psicossocial oferecido aos alunos. Tendo contato frequente com os mesmos, começou a perceber que aquelas pessoas não eram tão diferentes dela, não tinham “nada de mais”, nenhuma capacidade extraordinária, além das que ela própria pudesse ter. Assim, começou a pensar que poderia, além de trabalhar, também estudar naquela universidade. Passando a considerar essa possibilidade, Luciene buscou preparar-se para o exame vestibular estudando sozinha e, posteriormente, frequentando um cursinho.

Pelo que precede, nas duas trajetórias escolares apresentadas observa-se que uma escolarização prolongada não constituía um projeto de vida para as estudantes. Luciene, por exemplo, comenta a respeito das expectativas dos pais em relação à continuidade dos estudos dela e dos irmãos: *“Eles gostavam, eles queriam que a gente se mantivesse na escola, mas não tinham projetos futuros, da gente fazer faculdade...”*. No caso de Juliana, tendo em vista as necessidades materiais ainda mais graves de sua família, a necessidade do trabalho remunerado se impunha, de forma que os pais atribuíam maior valor ao emprego do que aos estudos. Estes acabavam ficando em segundo plano, já que a estudante era pressionada pela família a estudar à noite para que pudesse trabalhar durante o dia.

A inexistência de um projeto de escolarização de longo prazo nas famílias das entrevistadas está em consonância com o que foi observado por Viana (2000). A autora afirma que o prolongamento das trajetórias escolares de estudantes das camadas populares, por ela estudadas, construiu-se gradativamente. Nesses casos, não havia a dimensão de intencionalidade, existindo antes uma imprevisibilidade pontuada por oportunidades proporcionadas pelo contato casual com universos exteriores ao familiar.

De maneira semelhante, a continuidade dos estudos após a conclusão do ensino médio não fazia parte das perspectivas das estudantes entrevistadas na presente pesquisa. Os caminhos que as levaram para a universidade foram construídos aos poucos, entremeados por acontecimentos casuais que acabaram por modificar suas trajetórias.

Nas histórias de Juliana e Luciene, assim como nos casos estudados por Viana (2000), vê-se que os acontecimentos imprevistos foram reelaborados e bem aproveitados, sendo transformados em chances de alcançar lugares onde os estudantes não haviam imaginado chegar, culminando com a entrada na universidade. A autora define esses acontecimentos como “oportunidades”:

A noção de oportunidade nos pareceu, então, centralmente articulada a essa dimensão de imprevisibilidade presente nas biografias escolares investigadas. Em primeiro lugar, porque implicou uma certa aleatoriedade e, em segundo, porque apareceu vinculada à possibilidade de apreensão de outras referências de mundo e, nesse sentido, de uma diversidade de experiências socializadoras, distintas das advindas do universo familiar (Viana, 2000, p.51).

Resta explicar como o acaso operou, isto é, como acontecimentos imprevistos que poderiam ser inócuos foram aproveitados e tornaram-se impulsionadores da mudança de direção nas trajetórias das estudantes. Para isso, recorre-se à discussão feita por Pierre Bourdieu, e já indicada aqui, sobre “escolha do destino” (Bourdieu, 1998a) ou “causalidade do provável” (Bourdieu, 1998b).

Bourdieu (1998a) afirma que as esperanças subjetivas são “oportunidades objetivas intuitivamente apreendidas e progressivamente interiorizadas” (p.49). Assim, “escolhe-se” aquilo para o quê já se estava socialmente predestinado, excluindo-se, com isso, a possibilidade de se desejar o impossível. Ainda segundo o autor: “Tudo se passa como se [...] o fato de ter chances positivas ou negativas de ser, ter ou fazer qualquer coisa predispuésse, predestinando, a agir de modo a que essas chances se realizem” (Bourdieu, 1998b, p.111).

Para o autor, os desejos ou os planos para o futuro de um indivíduo são resultados da interiorização das chances possíveis de realização de um ou outro intento, para a média da categoria social à qual ele pertence. Assim, não cogitar a continuidade dos estudos cursando ensino superior, como ocorreu com Luciene, ou apenas vislumbrar o ingresso em uma faculdade particular, como no caso de Juliana, são aspirações as quais condizem com o “mais comum” para seu grupo social. Contudo, ainda segundo Bourdieu, a regulação do comportamento do indivíduo se dá também por meio de uma estimativa empírica, ou seja, com base em dados da realidade vivida. Nesse sentido, determinados eventos externos podem modificar a percepção interna de um indivíduo quanto às suas possibilidades de alcançar certo bem ou posição. É isso o que parece ter ocorrido com as estudantes entrevistadas, cujos relatos apontam para a mediação realizada por uma pessoa ou circunstância socialmente próximas fundamentais para que a intenção de estudar em uma universidade pública surgisse como uma possibilidade.

Sendo próxima socialmente de uma pessoa que começou a cogitar o ingresso no ensino superior público, Juliana, juntamente com seu colega, começou a ponderar sobre o ingresso em uma instituição desse tipo como uma possibilidade real. Se até esse momento acreditava que a universidade estava “longe”, os diálogos mantidos com o colega parecem ter sido de grande importância na transformação desse pensamento:

[...] sabe quando você ouve falar alguma coisa e acha que está muito longe para você? [...] parecia que era uma coisa que não era para mim. E aí depois, quando eu conheci ele, e a gente conversando, aí resolvemos fazer junto os dois.

Para Luciene, até mesmo trabalhar na área administrativa era uma prerrogativa restrita à elite, inacessível para o seu grupo social. E, em consonância com essa percepção, dar continuidade aos estudos em uma universidade pública era algo que simplesmente não fazia parte do seu horizonte de possibilidades. Essa ideia somente começou a

esboçar-se após a conquista do posto de trabalho na área administrativa e de sua inserção no *campus* da universidade por meio desse emprego. O convívio com os alunos proporcionado pelo novo serviço parece ter-lhe auxiliado a desconstruir a ideia de que existiriam grandes distinções entre ela e os estudantes daquela universidade. Sentindo-se socialmente mais próxima dos que estudavam naquela instituição, passou a cogitar a possibilidade de também estudar ali.

A expressão “isso não é para nós”, quase reproduzida literalmente por Juliana, constitui, para Bourdieu (1998b), a interiorização de uma necessidade e indica, ao mesmo tempo, uma impossibilidade e uma interdição. No caso dessa estudante, ingressar em uma universidade pública era impossível, tanto no sentido de que ela não detinha os meios e os recursos para ser aprovada no vestibular (e por isso procurava formas de arcar com a mensalidade de uma faculdade particular), quanto no de que não lhe era autorizado tentar ingressar numa universidade pública. Isso tudo mesmo após ter estado a um passo de conseguir aprovação na Unesp.

Esse episódio da trajetória de Juliana parece reforçar a discussão aqui apresentada de que é preciso haver a mediação de uma pessoa ou situação próxima socialmente para que um estudante das camadas populares passe a considerar a possibilidade de ingresso em uma universidade pública. No caso de Juliana, essa mediação parece ter ocorrido apenas quando conheceu o colega no curso de telecomunicações. Já no caso de Luciene, se nem mesmo trabalhar de “mão limpa” e “cabelo arrumado” era algo visto como possível para ela, estudar em uma universidade pública estava inteiramente fora de seu horizonte de possibilidades. E só passou a ser considerado quando o que lhe parecia impossível ou interdito se realizou: o emprego na área administrativa. Trabalhando como secretária em uma universidade pública, e convivendo com estudantes não tão distantes dela socialmente, Luciene passou a cogitar o ingresso naquela instituição como uma possibilidade concreta.

Entretanto, não se está afirmando com isso que as situações relatadas foram as responsáveis pelo

fato dessas estudantes terem ingressado no ensino superior público. O que se procura evidenciar é que os episódios narrados pareceram constituir momentos de inflexão na vida das entrevistadas. Contudo, depois disso, vários foram os obstáculos e as dificuldades enfrentadas para conseguir aprovação no vestibular. Nesses percursos em que o acaso teve importante participação, também chama a atenção o papel que o mundo do trabalho desempenhou.

Nos dois casos aqui estudados vê-se que o trabalho compulsório impedia Juliana e Luciene de se dedicarem exclusivamente à escola, como o fazem outras crianças e jovens em melhor situação econômica, evidenciando as desigualdades sociais que marcam o nosso país. Destarte, é preciso salientar que a concomitância entre trabalho e estudo pode ter trazido prejuízos para a escolarização das estudantes. No entanto, também é possível perceber que o mundo do trabalho possibilitou às jovens a circulação por diferentes espaços sociais, os quais nem a escola nem a família proporcionaram, oportunizando momentos de inflexão em suas histórias.

Considerações Finais

No desenvolvimento do presente trabalho, viu-se que a construção de uma escolaridade prolongada na vida das estudantes entrevistadas foi realizada de forma gradativa, por meio do aproveitamento de oportunidades surgidas quase que por acaso. Além de não existir, inicialmente, um projeto de escolarização a longo prazo, mesmo quando se esboçava a possibilidade de prolongamento dos estudos, as tentativas de concretização desse intento aconteceram quase às cegas, já que muitas vezes as estudantes não conheciam as alternativas disponíveis e os caminhos a serem percorridos.

Assim, no que diz respeito à compreensão de como a universidade pública surge como possibilidade concreta na vida de estudantes das camadas populares, viu-se que essa ideia dependeu do contato com alguém ou alguma situação, ou seja, da mediação de uma pessoa ou circunstância socialmente próximas desses estudantes. Nos dois

casos aqui relatados, essa mediação não foi propiciada pela escola nem pela família. Paradoxalmente, a mesma ocorreu por intermédio do mundo do trabalho, ao proporcionar a circulação das entrevistadas por diferentes espaços sociais.

Dessa forma, fazer com que estudantes histórica e socialmente excluídos do ensino superior possam almejar ingressar em uma universidade pública é um desafio para programas de ações afirmativas. Sobras de vagas reservadas a alunos ingressantes por cotas, sejam elas raciais, sociais ou para egressos de escolas públicas não são incomuns e refletem essa dificuldade. Por isso, considera-se importante a discussão de como o ingresso em uma universidade pública pode começar a fazer parte dos horizontes de pessoas as quais sequer imaginam essa possibilidade. Em um momento em que se discutem formas de democratização do ensino superior público no Brasil, parece fundamental a formulação de políticas públicas as quais não mais permitam que o acesso dessa população à universidade pública seja obra do acaso.

Colaboradores

D.C. Piotto e R.O. Alves colaboraram na concepção, na análise dos dados, na redação e na revisão do artigo.

Referências

- Almeida, A. *Esforço contínuo: estudantes com desvantagens socioeconômicas e educacionais na USP*. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- Barbosa, M.A. *Estudantes de classes pobres na universidade pública: um estudo de depoimentos em Psicologia Social*. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2004.
- Bosi, E. A pesquisa em memória social. *Psicologia USP*, v.4, n.1/2, p.277-284, 1993.
- Bosi, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: TA Queiroz, 1979.
- Bourdieu, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: Nogueira, M.A.; Catani, A. (Org.). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998a. p.39-64.

- Bourdieu, P. Futuro de classe e causalidade do provável. In: Nogueira, M.A.; Catani, A. (Org.). *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998b. p.85-126.
- Brandão, Z. Entre questionários e entrevistas. In: Nogueira, M.A.; Romanelli, G.; Zago, N. (Org.). *Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. Petrópolis: Vozes, 2000. p.171-183.
- Carvalho, C.H.A. O Prouni no governo lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. *Educação e Sociedade*, v.27, n.96, Esp., p.979-1000, 2006.
- Catani, A.; Hey, A.P.; G. Prouni: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? *Educar*, n.28, p.125-140, 2006.
- Fuvest vai isentar mais de 30 mil de pagar a taxa. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 ago. 2007.
- Lahire, G. *O sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável*. São Paulo: Ática, 1997.
- Michelat, Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia. In: Thiollent, M.J.M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1987. p.191-211.
- Pinto, J.M.R. O acesso à educação superior no Brasil. *Educação e Sociedade*, v.25, n.88, p.727-756, 2004. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 14 ago. 2007.
- Portes, E.A. *Trajetórias e estratégias escolares do universitário das camadas populares BH*. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1993.
- Portes, E.A. *Trajetórias escolares e vida acadêmica do estudante pobre da UFMG: um estudo a partir de cinco casos*. 2001. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.
- São Paulo limita programa de bônus da USP para a escola pública. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 set. 2008.
- Silva, J.S. *"Por que uns e não outros?"*: caminhada de estudantes da Maré para a universidade. Vols I e II. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- Souza, M.S.N.M. *Do seringal à universidade: o acesso das camadas populares ao ensino superior público no Acre*. 2009. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- Viana, M.J.B. *Longevidade escolar em famílias de camadas populares: algumas condições de possibilidades*. 1998. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.
- Viana, M.J.B. Longevidade escolar em família de camadas populares: algumas condições de possibilidades. In: Nogueira, M.A.; Romanelli, G.; Zago, N. (Org.). *Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. Petrópolis: Vozes; 2000. p.25-55.
- Viana, M.J.B. Longevidade escolar em famílias de camadas populares: algumas condições de possibilidades. In: Nogueira, M.A.; Romanelli, G.; Zago, N. (Org.). *Família escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. Petrópolis: Vozes, 2000. p.45-55.
- Zago, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*, v.11, n.32, p.226-237, 2006.
- Recebido em 5/5/2015, reapresentado em 30/11/2015 e aprovado em 29/1/2016.

